

É importante lembrar que o uso das vias públicas pelos ambulantes e camelôs, está relacionado a vários fatores, dentre os mais significativos, o desemprego. Com a crise que vivemos, pós pandemia, a informalidade tende a ser o principal meio de sobrevivência.

O direito ao trabalho é um direito humano. É função do poder público assegurar o direito ao trabalho digno aos trabalhadores ambulantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE - DONATO - PT - Obrigado, deputado Suplicy. O senhor vai fazer uma solicitação?

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - Sr. Presidente, se eu puder requerer o levantamento, após um minuto e meio, mais uma observação, sobre o que ocorreu ontem.

O SR. PRESIDENTE - DONATO - PT - Para uma breve comunicação, então.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Quero usar deste espaço para fazer uma denúncia a respeito da ação truculenta da Tropa de Choque da PM, no protesto pacífico organizado pelos guaranis da terra indígena do Jaraguá, que se organizava desde o começo da manhã de ontem.

A Tropa de Choque da Polícia Militar utilizou bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha para dispersar o legítimo protesto de indígenas guaranis, que bloquearam a rodovia dos Bandeirantes, desde as 5 e meia desta terça-feira, 30, em reação à votação do projeto de lei do marco temporal, PL 490.

Essa repressão foi destaque nas capas dos principais jornais de hoje. Denunciada ontem, pelos Jornalistas Livres, e também por apoiadores, que acompanharam o ato. E mostram que, após a liberação da rodovia, os policiais continuaram ameaçando os manifestantes que estavam próximos do local, com as armas de bala de borracha.

Fizerm cerco na aldeia, com o helicóptero sobrevoando o local por cerca de uma hora. E relatam que jogaram bombas de gás lacrimogênio dentro da aldeia, espaço habitado por muitos idosos e crianças.

Os guaranis têm o direito de se manifestar e defender os seus direitos. É nítida a diferença de tratamento das forças policiais com os guaranis e os protestos que fecharam as rodovias contra o resultado das eleições de 2022.

Solicitarei reunião com o secretário da Segurança Pública, com a Corregedoria Geral da PM, para que recebam uma comissão dos guaranis, para garantir o direito à livre manifestação.

Não podemos, pois, permitir o assédio, ou o excesso de força policial contra manifestantes desarmados, que reivindicam um direito importantíssimo, que é a demarcação da sua terra, e contra a tese de marco temporal, imposta pela ameaça do PL 490, que, infelizmente, foi aprovado ontem.

Mas a luta continua ainda, para que ele seja rejeitado no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DONATO - PT - Então o senhor pediu o levantamento da presente sessão....

O SR. CONTE LOPES - PL - Pela ordem. Para uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DONATO - PT - Pois não, deputado Conte Lopes. Por dois minutos.

O SR. CONTE LOPES - PL - PARA COMUNICAÇÃO - As colocações do deputado e sempre senador Suplicy, que a tropa é usada, porque fecharam a rodovia dos Bandeirantes. Quer dizer, alguém deu ordem para os policiais irem lá. E também é aquilo: os Bandeirantes vem médico, vêm pessoas doentes, que precisam ser operadas, que vêm trabalhar em São Paulo.

Quer dizer, a Polícia tem que cumprir a parte dela. Ela recebe determinação e cumpre. Da mesma forma, V. Exa., que foi presidente da Câmara, sabe o problema dos ambulantes. Não é a Polícia que quer parar, que o ambulante não trabalhe.

Acontece que os próprios comerciantes têm empregado, pagam a luz, pagam a água, pagam impostos. Ai vem a meu cara lá e monta uma barraca para vender a mesma coisa que o comerciante tem. Então, realmente, o comerciante pede apoio policial. Então realmente, esse é um problema que fica sobrando para a Polícia.

Não é a Polícia que age por agir. Então não pode parar uma rodovia, a Bandeirantes. Porque tem pessoas doentes que vão ser operadas, crianças, trabalhadores. Tudo isso infui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se puder levantar.

O SR. PRESIDENTE - DONATO - PT - Obrigado, deputado Conte Lopes. Mas, pelo que entendi, do deputado Suplicy, ele apenas comparou o tratamento dado nas manifestações, contestando o resultado eleitoral, onde não foi usada essa violência, com o tratamento dado agora.

Mas, enfim, esse é um debate que nós vamos fazer aqui em outros momentos.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

Muito obrigado.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.

2 DE JUNHO DE 2023 53ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, REIS e LUCAS BOVE

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Cumprimenta os alunos e professores do Centro Educacional Gama, presentes nas galerias.

5 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - REIS

Assume a Presidência.

7 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - PRESIDENTE REIS

Comemora o Dia da Comunidade Italiana.

9 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - LUCAS BOVE

Assume a Presidência.

11 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

16 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

17 - MAJOR MECCA

Para comunicação, faz pronunciamento.

18 - PRESIDENTE LUCAS BOVE

Endossa os pronunciamentos dos deputados Gil Diniz e Major Mecca.

19 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

20 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

21 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

22 - PRESIDENTE LUCAS BOVE

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 05/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra a deputada Fabiana Barroso. (Pausa.) Com a palavra o deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Major Mecca, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, deputados presentes aqui no plenário, nossos irmãos policiais militares e policiais civis que aqui estão, permitindo que os nossos trabalhos aconteçam. Boa tarde a todos que nos acompanham pela TV AleSp e pelas redes sociais.

Eu acho que todos que nos ouvem falar neste momento concordam que o povo do estado de São Paulo e todos nós, policiais, queremos ver os criminosos deste Estado sendo monitorados.

E por que eu trago essa questão aqui à tribuna no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo? Por conta destes números que eu estou apresentando aos legisladores desta Casa.

Por favor, coloquem na tela o número de criminosos que saíram de março de 2022 a março de 2023, em um lapso de um ano, em saídas temporárias. Estes números de criminosos: em março de 2022, 34.713 saíram e 1.362 não voltaram.

Em junho, não voltaram 1.278; em setembro, 1.591; em dezembro, 1.663; em março de 2023, 1.562. Em um prazo de um ano, mais de 7.500 criminosos foram liberados para saída temporária e não retornaram para a cadeia.

Onde estão esses bandidos? Estão na rua, produzindo danos à polícia e à sociedade, como o que aconteceu ontem com o soldado Robert, da 2ª Companhia do 38º Batalhão, e o soldado Mateus. Esses dois policiais estão internados no Hospital das Clínicas, onde eu estive ontem à tarde prestando apoio aos patrulheiros e aos seus familiares.

Um policial com um tiro no rosto, o soldado Mateus, e o outro, o soldado Robert, com três tiros, um alojado no fêmur, outro na cabeça do fêmur e outro na pélvis. Os dois policiais em situação grave no Hospital das Clínicas, provocado por um criminoso procurado pela Justiça, liberado na saída temporária no final do ano, e não retornou.

Por que o governo não está monitorando os bandidos do estado de São Paulo? Porque monitorar os policiais não está dando resultado. Monitorar os policiais não demonstra confiança nesses homens e mulheres, que estão pagando com a sua vida, estão pagando com a sua saúde o esforço que estão fazendo para manter a ordem e a paz no estado de São Paulo, e estão caindo e derramando o seu sangue no solo do nosso Estado.

É o quinto ano consecutivo que eu trago esse problema a este Parlamento, que nós chamamos a atenção de todos os entes envolvidos na solução desse problema, seja o Poder Executivo, seja o Poder Judiciário, seja o Congresso Nacional.

Não é possível que o Poder Judiciário, através de decisão de juízes, permaneça e continue dando vereditos a favor de bandidos, deixando-os soltos, no meio da sociedade, para a prática criminosa, e tirar a vida de policiais e cidadãos de bem, como está acontecendo no estado de São Paulo.

Não é possível que o Congresso Nacional não se sensibilize na aprovação de leis, seja da lei de execuções penais, seja nas leis processuais penais, que mantenham o criminoso preso, sem benefícios, como saída temporária, visita íntima, o bandido tem que trabalhar dentro da cadeia.

Nós recebemos, na última quarta-feira, o secretário de Administração Penitenciária. Todos os finais de semana são mais de dez flagrantes de visitas levando drogas para dentro da cadeia, e outros materiais. Não é possível que isso aconteça. Não é possível.

O preso tem que permanecer isolado, trabalhando, pagando pela sua estadia, porque o cidadão paga aluguel para morar. O preso custa R\$ 1.900,00 por mês para o Estado, salário que a maioria dos paulistas não tem. O salário mínimo paulista foi aumentado agora pelo Governador Tarcísio de Freitas para R\$ 1.550,00, o preso custa mil e 900 reais.

O povo de São Paulo, eu repito aqui aos parlamentares, quer ver os criminosos sendo monitorados. O povo já se cansou de ser vítima desses algozes, de criminosos que não respeitam.

Se não respeitaram dois patrulheiros com uma pistola .40 na cinta, imagina o que faz com você, cidadão, em qualquer movimento, num susto, por conta de um aparelho celular. Nós sabemos o que eles fazem. Exterminam e matam o nosso povo, como estão matando os nossos policiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Caio França. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna por até cinco minutos.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento o presidente, Carlos Giannazi, cumprimento o deputado Major Mecca, o deputado Gil Diniz, o deputado Suplicy, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, os integrantes da Polícia Técnico-Científica, os integrantes da Polícia Penal, todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede AleSp.

Presidente Carlos Giannazi, ontem, o deputado Tomé Abduch trouxe aqui essa temática da Segurança Pública e mostrou, apresentou aqui a ocorrência em que, durante uma abordagem, dois policiais acabaram sendo alvejados. É muito importante nós debatermos esse tema, o Major Mecca hoje traz também o debate sobre essa questão da violência, da violência contra os policiais.

No dia a dia, quem faz o policiamento corre todos esses riscos, não é? Não é uma coisa fácil fazer policiamento, ainda mais nas condições pelas quais nós estamos passando, falta de efetivo, falta de estrutura, e é um problema que não é de hoje, não é do governo Tarcísio, é de "n" governos que passaram e não deram as condições adequadas para que as polícias pudessem desenvolver o seu trabalho, seu trabalho preventivo, seu trabalho ostensivo/preventivo, o trabalho repressivo, o trabalho da persecução penal.

Mas é fato também que é importante que a polícia possa ter cursos de reciclagem, que possa preparar cada vez melhor

os nossos policiais. Preparar melhor para que não sejam surpreendidos pelos bandidos e mortos.

Muitas vezes são vítimas, ficam deficientes por conta da ação dos marginais, mas é muito importante também que a polícia possa aplicar as técnicas que são adquiridas no seu trabalho, no seu aprendizado na academia.

Tem que se aplicar as técnicas da academia, porque quando se aplicam as técnicas acadêmicas, pode, sim, evitar que haja esse prejuízo, tanto do ponto de vista da vida como do ponto de vista da lesão, não é? A academia diz que nós, policiais, nunca devemos agir em inferioridade numérica. Ou seja, se eu vou abordar um, temos que estar pelo menos em dois. Isso é fundamental.

Então, se eu vou a uma comunidade, se eu vou a uma favela, chego lá, tenho que abordar uma pessoa e eu não estou em condições, chama-se um reforço, chama-se uma outra viatura para dar apoio. E, assim que chegar aquela outra viatura, vai se fazer o trabalho de polícia ali para prender os delinquentes...

E a gente tem que sempre primar pela vida do policial. O policial tem a obrigação de agir, mas ele tem que agir dentro das condições, não é? Eu sempre digo, entre morrer e matar, eu prefiro não morrer. Entre ser preso e viver, talvez seja melhor viver. Nós temos que escolher, o policial tem as opções para escolher ali, naquele momento. Ele tem que decidir, não é?

Então, abordou a pessoa, constatou alguma irregularidade, é uma pessoa procurada, algema ele. Não deixa ele ali de braços, porque ele vai aprontar, como aconteceu com aqueles policiais.

Então tem que chamar reforço, chamar outra viatura para dar apoio, em não se tendo as condições, é melhor esperar, porque vários colegas nossos já tiveram suas vidas ceifadas muitas vezes por conta de não se atentar para as questões que se aprende na academia, que se aprende lá no curso de formação de soldado, que se aprende lá na academia do Barro Branco, que se aprende lá na Academia da Polícia Civil.

É muito importante estarmos atentos porque muitas vezes agente age e, naquele agir, açodadamente, acaba havendo esses resultados de lesão, resultados de morte.

Eu me lembro muito bem ali, na zona sul, na M'Boi Mirim, de um grande amigo meu, o cabo Terrinha. Ele saiu correndo atrás de dois delinquentes e na hora que ele passou pela igreja do Piraporeira, o cara estava escondido, Major Mecca, e ele acaba levando um tiro. Ou seja, correr atrás do bandido não é coisa fácil, e tem que ter todos os cuidados porque talvez, se ele tivesse pensado um pouco ali, ele teria recuado, e aquele bandido, que estava escondido atrás do muro, não o teria alvejado. Ele acabou perdendo a vida.

Então nós temos que ter, sim, ali, na preleção, toda vez que tem preleção, uma avaliação das ocorrências, avaliação dos fatos acontecidos, dos erros e dos acertos, porque isso pode, sim, além dos cursos de técnica e de reciclagem, fazer com que muitos colegas nossos não tenham as suas vidas ceifadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra a deputada Paula da Bancada Feministas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Gil Diniz, que fará o uso regimental da tribuna.

Aproveito para registrar a presença de uma escola; de alunos e de professores da escola Centro Educacional Gama. Sejam bem-vindos e bem-vindas à Assembleia Legislativa de São Paulo, alunos, alunas, professores e professoras.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente; boa tarde, deputados presentes aqui no Pequeno Expediente; boa tarde à escola que nos visita aqui, sejam muito bem-vindos; boa tarde aos nossos deputados, aos nossos assessores, aos policiais militares e civis e ao público que nos assiste pela Rede AleSp.

Presidente, subo aqui a esta tribuna, não participei dos debates esta semana, mas preciso deixar registrado, Mecca, as minhas condolências, a minha solidariedade à funcionária desta Casa, Dilma, que perdeu seu filho esta semana, Sr. Presidente; Lorenzo, 18 anos, jovem, que nós deixou.

Então, registro aqui as minhas mais sinceras condolências, que nosso Senhor o tenha em um bom lugar e conforte os corações, Mecca, desses familiares, da Dilma, do pai do Lorenzo, o Sr. Ricardo, da sua irmã Isa e de todos os amigos também.

Estive presente no velório, no sepultamento. É uma ocasião muito triste, mas uma ocasião, Mecca, também para chorar junto com a família, para render as nossas homenagens, a nossa solidariedade e pensar também nas nossas vidas, nas nossas famílias e nesse dom que é a paternidade, a maternidade. Então deixo aqui meu abraço e os meus sentimentos para a Dilma, uma pessoa muito querida nesta Casa.

Presidente, vim aqui à esta tribuna também para falar de vários assuntos. Vou retomando aqui posteriormente, mas queria fazer essa discussão que o Mecca colocou, que o deputado Reis colocou também.

Concordo com tudo o que foi dito, o deputado Reis colocou a questão dessa preparação, Mecca, da preleção, da sala de aula da formação policial. Eu não tenho dúvida quanto a isso e eu não tenho dúvida de que nós temos a melhor Polícia Militar do Brasil, do país.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

Agora, o que não temos no Brasil: segurança jurídica para os nossos policiais. Não temos, Mecca. Hoje, o policial é monitorado, hoje, o policial... Vários dos nossos policiais que estão na rua para nos defender contra a criminalidade carregam uma câmera no peito, monitorados em todos os seus serviços, enquanto que quem devia ser monitorado é aquele delinquente, que não deveria nem estar na rua; progressão de regime, como V. Exa. Bem colocou aqui, milhares de criminosos na rua barbarizando a nossa sociedade.

Quando nós vemos aquelas imagens ali, do policial, aí surgem vários especialistas: "Olha, não seguiu o POP, o Procedimento Operacional Padrão; olha, poderia ter feito aquilo, isso e tudo mais". É o engenheiro de obra pronta, é quem não está ali na ocorrência, quem não vive o dia a dia desses homens e mulheres.

A gente precisa lembrar que uns dos culpados também por esse tipo de situação são aqueles que causam essa insegurança no policial, são os nossos políticos também, são aqueles que colocam as câmeras no peito dos policiais ou aqueles que deixam que essas câmeras ainda estejam lá.

O policial, Mecca, como V. Exa. sabe bem, hoje tem medo de apertar o gatilho. Tem uma arma, mas tem medo de apertar o gatilho, porque sabe que vai ser excreado pela grande mídia, sabe que vai ter um promotor querendo a sua condenação, que terão dezenas de advogados, de ONGs de Direitos Humanos - "Direitos Humanos", entre aspas aqui - para pedir a sua condenação. E ele vai sentar no banco dos réus.

Então, naquela fração de segundos em que ele pensa "faço isso ou faço aquilo, atiro ou não atiro", ele pode perder a vida. E esses que causam essa insegurança jurídica aos nossos policiais, a esses homens e mulheres que estão, neste momento, nas ruas da cidade de São Paulo, do estado de São Paulo e do Brasil, são culpados também.

Não estou eximindo aquele marginal da culpa, não, porque ele é o responsável. Sou muito sincero. Não consigo entender por que aquele marginal ainda está respirando. É difícil. Ele vai voltar para a rua e vai cometer mais crimes ainda.

Se, à luz do dia, em uma luta corporal com dois policiais, ele pega a arma e atira sem dó nem piedade, em uma crueldade absoluta, V. Exa. colocou bem: o que ele não faz com um pai de família, o que ele não faz com uma mãe de família, o que

ele não faz com um jovem por causa de um celular? Não há ressocialização para esse tipo. É a realidade. É a dura realidade.

Então, precisamos discutir, sim, o preparo dos nossos policiais. Precisamos preparar as praças, os oficiais, a Polícia Civil, mas precisamos pensar nas nossas leis, na segurança jurídica, na defesa desses homens e mulheres que estão nas ruas. A sociedade precisa decidir se quer ser protegida ou se quer ser barbarizada por esse tipo de marginal que, à luz do dia, atenta contra a vida de policiais.

E o marginal diz, provavelmente já orientado por aqueles advogados de porta de cadeia: "Olha, eu não queria matar, não, eu só queria causar uma lesão corporal". Está muito nítido que um advogado de porta de cadeia...

Todo o meu respeito aos advogados, mas, para proteger aquele delinquente, aquele meliante, já orientou para quê? Para tirar da tentativa de homicídio e colocar em uma lesão corporal, e quiçá até, em uma famigerada audiência de custódia, colocar o marginal novamente nas ruas para barbarizar o nosso povo, presidente.

Era isso por enquanto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - O próximo orador é o deputado Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, prezados deputados e deputadas, eu gostaria de informar que encaminhei uma carta ao presidente Lula assinada pela Terra Indígena Jaraguá, Povo Guarani, Thiago Henrique Karai Djekupe, onde diz que em nome do Povo Guarani Mbya rabisco algumas linhas de pensamento que são do nosso povo, um povo que caminha, reflete e dialoga através dos sonhos que pertencem a essas terras, a essas árvores, às águas e aos animais. Cada árvore tem sua própria forma. Tem aquela que nasce, cresce gigante em direção ao sol.

Outra toma a forma de arbusto; uma tem muita galhada; outra quase não tem folhas. Uma é florida; outra exibe sua exuberância nas folhagens, mas todas são árvores e fazem parte de nós. "Árvore" na língua natal do juruá nós chamamos de "yvyrá". Nosso povo é natureza, tudo é natureza.

A Mãe Terra não cobra pelo ar, pela água, pelas matas nem por nossa sobrevivência, mas o mundo está se modernizando demais e no contexto da modernidade e do desenvolvimento, as relações com a Mãe Terra não têm valia. Fomos encurralados em perímetros traçados pelo juruá. Vivemos confinados e sob alerta da violência constante de nosso território.

Estamos sendo massacrados junto com a nossa mãe. O juruá não quer enxergar o sofrimento do Planeta. Há poucos dias fomos noticiados que Nova Iorque está afundando.

A cidade afunda um a dois milímetros por ano devido às estruturas colossais de arranha-céus construídas em proveito do avanço do capitalismo, do enriquecimento e da acumulação de bens, sempre concentrados em meia dúzia de donos do poder, permitindo viver da miséria o restante da população.

Os não indígenas precisam começar a refletir a violência em que vivem. Não é justo virmos pessoas morando nas ruas enquanto parques, tanto municipais quanto estaduais, casas abandonadas, poderiam ter projetos para acolherem em moradia coletiva e sustentável parte dessas pessoas, com práticas de atividades voltadas à educação ambiental, autonomia alimentar, medicina tradicional através das plantas, troncos, folhas e suas raízes.

Como por exemplo a maconha, que alguns povos da região do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Pará e Acre utilizam como parte da sua cultura. É uma planta medicinal que também atua frente à redução de danos. Não se trata de droga como assim foi classificada.

Pesquisas apontam que dados usuários de substâncias entorpecentes reduziram e até eliminaram o uso através da aplicação dos canabinóides. Como podemos repensar a construção do amanhã? Como podemos evitar o fim do futuro? Lutamos em São Paulo por sua vitória nas urnas.

Lutamos porque acreditamos que o senhor pode transformar esse cenário catastrófico a que esse território foi sucumbido. Estamos vivendo num contexto de crise que tende a potencializar ainda mais, considerando as inúmeras desigualdades às quais as populações historicamente inviabilizadas e vulnerabilizadas são expostas.

O juruá está maltratando o Planeta e provocando eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes. É previsto e apontado como dado irreversível um aumento da temperatura global em 1,5% até o ano 2030.

Estamos sobrevivendo a uma condição precária ambiental que está ligada a diferenças socioeconômicas, altos índices de analfabetismo, baixos níveis de renda e exclusão social.

O Planeta vivencia uma emergência climática sem precedentes na sua história, uma vez que as implicações ecológicas, sanitárias, socioeconômicas e políticas são e tendem a se tornar cada vez mais extensas e expostas.

Sr. Presidente, eu vou pedir que seja considerada como lida a carta inteira, mas os índios Guaranis fazem um apelo ao presidente da República para que venha a homologar as terras indígenas como única e espetacular solução para conter as desgraças do Planeta e homologar a terra indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, também do povo guarani, que sofre com o julgamento da repercussão da tese do marco temporal, junto com o povo Xokleng, é inadiável.

E há outras reivindicações. Juntamente com o líder Paulo Fiorilo, encaminhamos ao governador, ao secretário de Segurança e ao comandante da Polícia Militar uma carta para que possam, ainda no dia de hoje, os responsáveis pela Segurança terem um diálogo com os índios guaranis, que marcaram para domingo de manhã uma nova manifestação com respeito ao melhor tratamento dos índios.

Inclusive, eles fazem uma comparação aqui, que quando houve aquelas motosserras patrocinadas pelo presidente Jair Bolsonaro, no ano passado, não houve qualquer interrupção da Rodovia dos Bandeirantes; mas para o protesto indígena, então, eu gostaria de assinalar que será importante que o governador Tarcísio de Freitas, o secretário da Segurança e o responsável pelo Comando da Polícia Militar possam ter um diálogo ainda hoje, se não, amanhã, para evitar que haja a violência que aconteceu nos protestos havidos poucos dias atrás.

Vou entregar para que a taquígrafia colie na íntegra os três documentos que encaminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Está deferido o pedido de Vossa Excelência. Vossa Excelência pode passar para que sejam publicados.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - São dois documentos.